



LABORATÓRIO NACIONAL  
DE ENGENHARIA CIVIL

CENTRO DA QUALIDADE NA CONSTRUÇÃO  
Núcleo de Normalização e Regulamentação

Proc. 1202/11/17813

## LEGISLAÇÃO DA CONSTRUÇÃO: DIPLOMAS DE 2010

Trabalho elaborado no âmbito do estudo *Sistematização da Legislação da Construção* do Plano de Investigação Programada do LNEC para o Quadriénio 2009-2012

Lisboa • Março de 2011

**I&D** QUALIDADE NA CONSTRUÇÃO

**RELATÓRIO 96/2011 – NNR**



# LEGISLAÇÃO DA CONSTRUÇÃO: DIPLOMAS DE 2010

## RESUMO

O actual regime jurídico da urbanização e da construção prevê que, até à codificação das normas técnicas da construção, compete ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional a promoção da publicação da relação das disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos nos projectos de obras e na respectiva execução.

Para o feito, o projecto *Sistematização da Legislação da Construção*, integrado no Plano de Investigação Programada do LNEC para o quadriénio 2009-2012, tem por objectivo assegurar a compilação das disposições legais e regulamentares, publicadas em cada ano, que disciplinam a realização dos empreendimentos da construção.

O presente relatório lista e divulga os diplomas legislativos oficialmente publicados no ano de 2010, apresentando em anexo uma ficha bibliográfica de cada diploma.

## CONSTRUCTION LAW: 2010 STATUTES

### SUMMARY

The present legal framework for town planning and construction establishes that, until the creation of construction codes, the “Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações” (Ministry of Public Works, Transportation and Communications) and the “Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional” (Ministry of the Environment, Land-Use Planning and Regional Development) are responsible for the publication of the list of legal provisions and regulations to be followed by experts responsible for the design and construction of works.

Hence, the main purpose of the project titled “Sistematização da Legislação da Construção” (Systematising construction law), integrated in LNEC Planned research Programme for the 2009-2012 period, is to collect all legal provisions and regulations, published each year, referring to construction projects.

This report presents a list of all statutes officially published in 2010, including, in the annex, bibliographic references about each statute.



# LEGISLAÇÃO DA CONSTRUÇÃO: DIPLOMAS DE 2010

## ÍNDICE

	Pág.
1 - INTRODUÇÃO .....	1
2 - LEGISLAÇÃO PUBLICADA .....	1
3 - CARACTERIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA .....	3
ANEXO: FICHAS INDIVIDUAIS DOS DIPLOMAS .....	5



# LEGISLAÇÃO DA CONSTRUÇÃO: DIPLOMAS DE 2010

## 1 - INTRODUÇÃO

O regime jurídico da urbanização e da construção em vigor prevê que, até à codificação das normas técnicas da construção, compete ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional a promoção da publicação da relação das disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos nos projectos de obras e na respectiva execução.

Por sua vez, tendo a competência do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sido delegada no LNEC, este Laboratório Nacional fez integrar no Plano de Investigação Programada do LNEC para o quadriénio 2009-2012 o estudo *Sistematização da Legislação da Construção*, que tem por objectivo assegurar a compilação das disposições legais e regulamentares, publicadas em cada ano, que disciplinam a realização dos empreendimentos da construção.

O presente relatório lista e divulga os diplomas legislativos oficialmente publicados no ano de 2010 a nível nacional e nas regiões autónomas, apresentando em anexo uma ficha bibliográfica com a pormenorização pertinente de cada diploma.

Para o efeito, foram consideradas as seguintes abreviaturas na designação dos diversos diplomas:

**DCL RTF** - Declaração de Rectificação;

**DL** - Decreto-Lei;

**DLR/A** - Decreto Legislativo Regional da Região Autónoma dos Açores;

**DLR/M** - Decreto Legislativo Regional da Região Autónoma da Madeira;

**DR** - Decreto Regulamentar;

**L** - Lei;

**P** - Portaria.

## 2 - LEGISLAÇÃO PUBLICADA

No ano de 2010 foram publicados 5 diplomas legislativos, com a seguinte distribuição: 1 Lei da Assembleia da República, 1 Decreto-Lei, 1 Portaria e 2 Decretos Legislativo Regional da Região Autónoma da Madeira. Foi ainda publicada uma Declaração de Rectificação, emitida pela Presidência do Conselho de Ministros, rectificando um dos decretos legislativos regionais.

Listam-se a seguir, pela ordem cronológica de publicação no Diário da República, os cinco diplomas legislativos, bem como a declaração de rectificação.

### **2.1 - P 21/2010 de 11 de Janeiro**

Fixa os valores das classes das habilitações contidas nos alvarás de construção, e os correspondentes valores, e revoga a Portaria n.º 1371/2008, de 2 de Dezembro.

### **2.2 - DL 26/2010 de 30 de Março**

Procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio.

### **2.3 - DLR 11/2010/M de 25 de Junho**

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.

### **2.4 - DLR 22/2010/A de 30 de Junho**

Aprova o regulamento geral de ruído e de controlo da poluição sonora e transpõe para a ordem jurídica regional a Directiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, a Directiva n.º 2002/30/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Março, relativa ao estabelecimento de regras e procedimentos para a introdução de restrições de operações relacionadas com o ruído nos aeroportos comunitários, e a Directiva n.º 2003/10/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devido ao ruído.

### **2.5 - DCL RTF 26/2010 de 27 de Agosto**

Rectifica o Decreto Legislativo Regional n.º23/2010/A, de 30 de Junho, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprova o regulamento geral de ruído e de controlo da poluição sonora transpõe para a ordem jurídica regional as Directivas n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, 2002/30/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Março, relativa ao estabelecimento de regras e procedimentos para a introdução de restrições de operações relacionadas com o ruído nos aeroportos comunitários, e 2003/10/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devido ao ruído, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 125, de 30 de Junho de 2010.

### **2.6 - L 28/2010 de 2 de Setembro**

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, que procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 11 de Fevereiro.



### 3 - CARACTERIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

No anexo, em fichas individuais, pormenorizam-se as características dos diplomas legislativos publicados no ano de 2010.

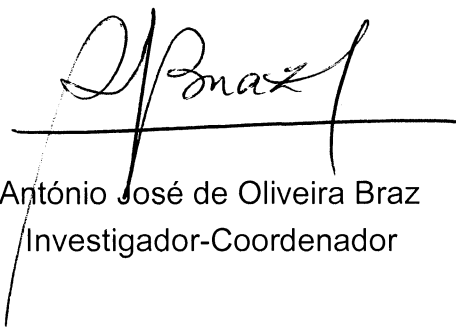
Lisboa e Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Fevereiro de 2011

VISTO



João Duarte Cunha  
Director do Centro da  
Qualidade na Construção

AUTORIA



António José de Oliveira Braz  
Investigador-Coordenador



## **ANEXO**

### **FICHAS INDIVIDUAIS DOS DIPLOMAS**



## P 21/2010 de 11.1.2010

### 1 - IDENTIFICAÇÃO

- **Tipo:** PORTARIA
- **Número:** 21/2010
- **Título:** Fixa os valores das classes das habilitações contidas nos alvarás de construção, e os correspondentes valores, e revoga a Portaria n.º 1371/2008, de 2 de Dezembro
- **Entidades Emitentes:** MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
- **Fonte:** Diário da República, 1.ª Série, N.º 6, de 11.1.2010, pág. 149 (1)
- **Validade:** Em vigor desde 1.2.2010

### 2 - RESUMO:

- Nos termos do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de ingresso e da permanência na actividade da construção, as habilitações nas várias categorias e subcategorias são atribuídas por classes, de acordo com o valor das trabalhos que os seus titulares ficam habilitados a realizar.
- A presente portaria fixa as classes das habilitações contidas nos alvarás de construção e os correspondentes valores.
- Com a entrada em vigor da presente portaria, fica revogada a Portaria n.º 1371/2008, de 2 de Dezembro.

## DL 26/2010 de 30.3.2010

### 1 - IDENTIFICAÇÃO

- **Tipo:** DECRETO-LEI
- **Número:** 26/2010
- **Título:** Procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio
- **Entidades Emitentes:** PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
- **Fonte:** Diário da República, 1.ª Série, N.º 62, de 30.3.2010, págs. 985 - 1025 (40)
- **Validade:** Em vigor desde 28.6.2010

### 2 - RESUMO:

- O presente decreto-lei procede à alteração dos artigos 3.º a 6.º, 6.º A, 7.º, 9.º, 11.º, 12.º A, 13.º e 13.º A, 15.º, 20.º, 23.º, 24.º, 34.º a 36.º, 44.º, 48.º, 57.º a 59.º, 61.º a 64.º, 68.º, 71.º, 75.º a 77.º, 79.º e 80.º, 82.º e 83.º, 98.º, 112.º, 116.º, 119.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e respectivas alterações posteriores, bem como do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio.
- Estabelece um regime excepcional de extensão de prazos previstos nos artigos 58.º, 59.º, 71.º e 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.
- Estabelece a obrigação de, no prazo de 90 dias, os Municípios adequarem os respectivos regulamentos municipais de urbanização e edificação com o presente decreto-lei.
- Com a publicação do presente decreto-lei ficam revogados a alínea g) do n.º 2 do artigo 4.º, o n.º 3 do artigo 6.º, o n.º 3 do artigo 35.º, o artigo 37.º, a alínea b) do artigo 68.º, e o n.º 6 do artigo 116.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e respectivas alterações posteriores.
- Republica, no anexo ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção actual.

## **DLR 11/2010/M de 25.6.2010**

### **1 - IDENTIFICAÇÃO**

- **Tipo:** DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL
- **Número:** 11/2010/M
- **Título:** Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios
- **Entidades Emitentes:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
- **Fonte:** Diário da República, 1.ª Série, N.º 122, de 25.6.2010, págs. 2323 - 2325 (3)
- **Validade:** Em vigor desde 28.6.2010

### **2 - RESUMO:**

- O presente decreto legislativo regional adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.
- Com a publicação do presente decreto legislativo regional ficam revogados quatro decretos regulamentares regionais aplicáveis a esta matéria.

## **DLR 22/2010/A de 30.6.2010**

### **1 - IDENTIFICAÇÃO**

- **Tipo:** DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL
- **Número:** 22/2010/A
- **Título:** Aprova o regulamento geral de ruído e de controlo da poluição sonora e transpõe para a ordem jurídica regional a Directiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, a Directiva n.º 2002/30/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Março, relativa ao estabelecimento de regras e procedimentos para a introdução de restrições de operações relacionadas com o ruído nos aeroportos comunitários, e a Directiva n.º 2003/10/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devido ao ruído
- **Entidades Emitentes:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
- **Fonte:** Diário da República, 1.ª Série, N.º 125, de 30.6.2010, págs. 2408 - 2433 (26)
- **Validade:** Em vigor desde 1.7.2010

### **2 - RESUMO:**

- O presente diploma aprova o regulamento geral de ruído e de controlo da poluição sonora e transpõe para a ordem jurídica regional três directivas comunitárias sobre a gestão do ruído.
- Para adaptação do n.º 4 do artigo 21.º do DLR n.º 27/2005/A, de 10 de Novembro, dispõe que “Para efeitos de aplicação da regulamentação sobre ruído, os edifícios escolares e seus logradouros e a respectiva zona de protecção são considerados zonas sensíveis para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Ruído e de Controlo da Poluição Sonora”.
- O presente diploma dispõe também, em adaptação de legislação, que “As referências feitas no Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios ao Regulamento Geral de Ruído entendem-se como feitas às correspondentes normas do presente diploma”.
- Revoga três Decretos Regionais, o DLR n.º 22/83/A, de 29 de Junho, a Portaria n.º 46/2002, de 6 de Junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Portaria n.º 101-A/2003, de 18 de Dezembro, e a Portaria n.º 56/2007, de 14 de Agosto, sem prejuízo da sua aplicação transitória até à emissão da portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 41.º do presente diploma.



## DCL RTF 26/2010 de 27.8.2010

### 1 - IDENTIFICAÇÃO

- **Tipo:** DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO
- **Número:** 26/2010
- **Título:** Rectifica o Decreto Legislativo Regional n.º23/2010/A, de 30 de Junho, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprova o regulamento geral de ruído e de controlo da poluição sonora transpõe para a ordem jurídica regional as Directivas n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, 2002/30/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Março, relativa ao estabelecimento de regras e procedimentos para a introdução de restrições de operações relacionadas com o ruído nos aeroportos comunitários, e 2003/10/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devido ao ruído, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 125, de 30 de Junho de 2010
- **Entidades Emitentes:** PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
- **Fonte:** Diário da República, 1.ª Série, N.º 167, de 27.8.2010, pág. 3710 (1)
- **Validade:** imediato

### 2 - RESUMO:

- A presente declaração de rectificação corrige inexactidões no Decreto Legislativo Regional n.º23/2010/A, de 30 de Junho, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 125, de 30 de Junho de 2010.

## L 28/2010 de 2.9.2010

### 1 - IDENTIFICAÇÃO

- **Tipo:** LEI
- **Número:** 28/2010
- **Título:** Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, que procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 11 de Fevereiro
- **Entidades Emitentes:** ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
- **Fonte:** Diário da República, 1.ª Série, N.º 171, de 2.9.2010, págs. 3846 (1)
- **Validade:** Em vigor desde 3.9.2010

### 2 - RESUMO:

- A presente lei procede à alteração do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março.

